

Banco Komatsu do Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras de 31 de
dezembro de 2021 e 2020

ÍNDICE

Relatório da Administração	3
Apresentação de Desempenho do Banco Komatsu	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanco Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução nº4.860/20, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídas pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor presente da carteira de operações de crédito e arrendamento financeiro no encerramento do exercício de 2021, foi de R\$ 481 milhões.

Em 2021 o Banco aumentou seu capital em R\$ 50 milhões de reais, passando para R\$ 150 milhões de Capital Social.

O lucro líquido no exercício de 2021, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 10 milhões. O patrimônio líquido no final de dezembro de 2021 totalizava R\$ 169 milhões, com o índice de Basileia de 32,96%.

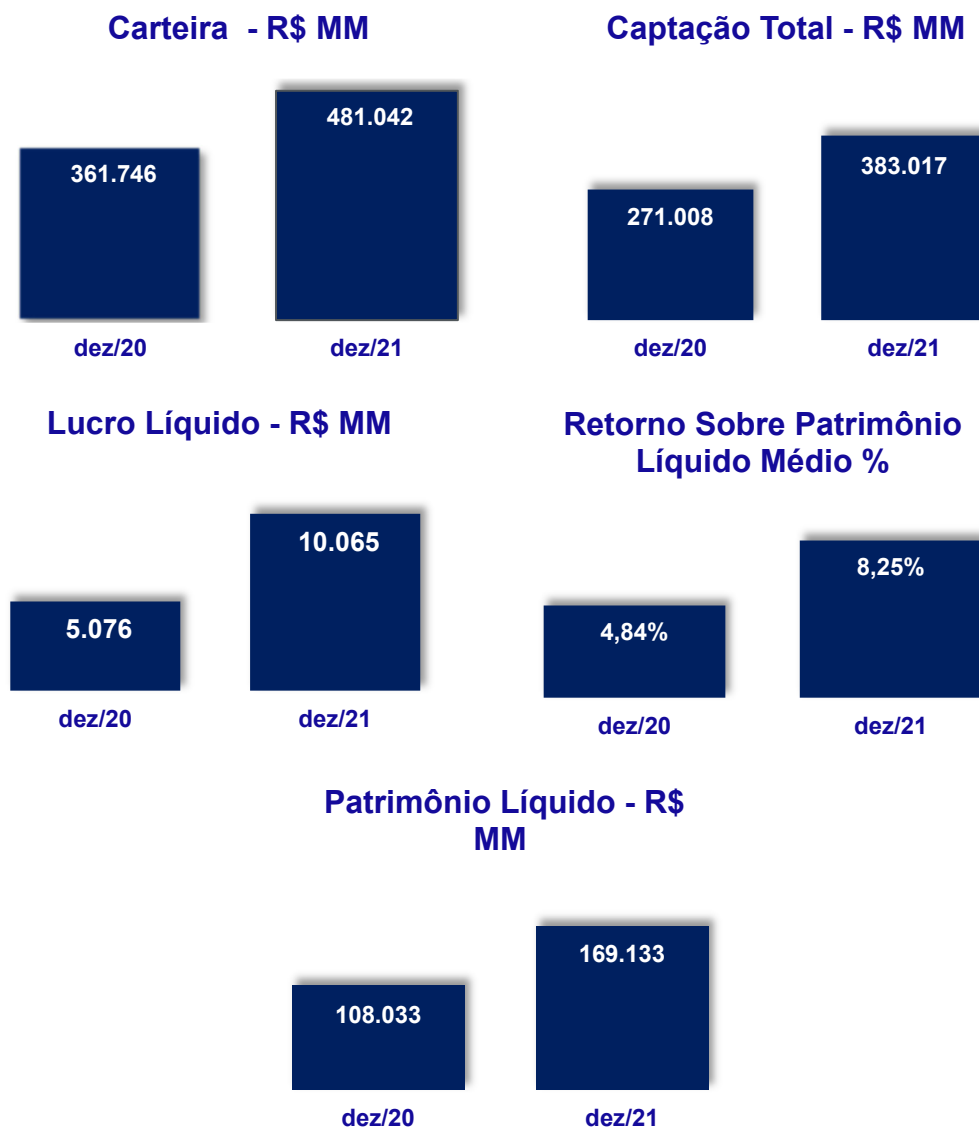
Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A Administração

São Paulo, 23 de março de 2022.

Apresentação de Desempenho do Banco Komatsu





KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Banco Komatsu do Brasil S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

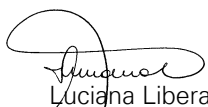
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-14428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP 198502/O-8

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

ATIVO	NOTA	2021	2020
Disponibilidades	5	22.973	23.342
Ativos Financeiros		533.506	359.777
Títulos e valores Mobiliários	6a	50.614	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b	7.684	2.544
Operações de Crédito	7	474.834	356.682
Operações de Crédito		480.320	346.269
Operações de Arrendamento Mercantil		722	15.477
(Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito)		(6.208)	(5.064)
Outros Ativos Financeiros	8	374	551
Ativos Fiscais	17	14.394	8.017
Ativos Tributários Correntes		10.346	5.323
Crédito Tributário		4.048	2.694
Imobilizado de Uso	10	563	638
Outras imobilizações de uso		1.167	1.100
(Depreciação acumulada)		(604)	(462)
Outros Ativos	9	2.648	2.738
TOTAL DO ATIVO		574.084	394.512
PASSIVO			
	NOTA	2021	2020
Passivos Financeiros		383.017	271.008
Depósitos	11	226.996	158.048
Obrigações p/Empréstimos no Exterior e no País	12	135.431	100.078
Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	18.314	3.698
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b	2.276	9.184
Outros Passivos	14	3.090	2.620
Passivos Fiscais	17	12.835	7.707
Passivos Tributários Correntes		11.335	6.030
Obrigações Fiscais Diferidas		1.500	1.677
Resultado de Exercícios Futuros	22e	6.009	5.144
Resultado de Exercícios Futuros		6.009	5.144
Patrimônio Líquido		169.133	108.033
Capital Social	15a	150.000	100.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6d	832	(203)
Reserva Legal		997	494
Reserva para Expansão		17.304	7.742
TOTAL DO PASSIVO		574.084	394.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

	NOTA	2º Semestre		
		2021	2021	2020
Receitas da Intermediação Financeira		60.623	97.472	59.792
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	7b	38.003	62.796	43.856
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	940	1.328	890
Rendas c/ Instrumentos Financeiros Derivativos	6e	21.680	33.348	15.046
Despesas da Intermediação Financeira		(46.083)	(92.063)	(41.319)
Operações de Captação de Mercado		(6.654)	(10.163)	(7.250)
Operações de Empréstimos e Repasses		(24.194)	(38.858)	(14.621)
Operações de Arrendamento Financeiro		(12.429)	(15.484)	(8.859)
Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.806)	(27.558)	(10.589)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		14.540	5.409	18.473
Resultado de Provisão para Perdas		(444)	(1.993)	(3.078)
(Provisão) para perdas associadas ao risco de crédito		(444)	(1.993)	(3.078)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(4.696)	15.419	(6.142)
Receitas de Prestação de Serviços	21a	175	434	357
Despesas Tributárias	21a	(1.081)	(2.127)	(72)
Outras Receitas Operacionais	21a	1.646	27.923	4.654
Despesas de Pessoal	21d	(1.874)	(3.713)	(3.968)
Despesas de Honorários de Diretoria	21d	(1.829)	(3.553)	(3.498)
Outras Despesas Administrativas	21c	(1.733)	(3.545)	(3.615)
Resultado Operacional		9.400	18.835	9.253
Outras Receitas e (Despesas)	21b	110	73	168
Resultado antes da Tributação		9.510	18.908	9.421
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(4.772)	(8.620)	(4.107)
Provisão para Imposto de Renda		(3.779)	(6.409)	(3.242)
Provisão para Contribuição Social		(2.527)	(4.741)	(2.340)
Impostos Diferidos		1.534	2.530	1.475
Participação nos Lucros		(72)	(223)	(238)
Resultado do Período		4.666	10.065	5.076
Lucro líquido por ação		0,04666	0,10065	0,05076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão			
Saldos em 30 de junho de 2020	100.000	298	4.024	(361)	-	103.961
Lucro do Semestre	-	-	-	-	3.914	3.914
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	-	196	-	-	(196)	-
Reserva de Expansão	-	-	3.718	-	(3.718)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	158	-	158
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.000	494	7.742	(203)	-	108.033
Lucro líquido do Semestre	-	-	-	-	5.399	5.399
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	-	269	-	-	(269)	-
Reserva de Expansão	-	-	5.130	-	(5.130)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	115	-	115
Saldos em 30 de junho de 2021	100.000	763	12.872	(88)	-	113.547
Lucro do Semestre	-	-	-	-	4.666	4.666
Aumento de Capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	-	234	-	-	(234)	-
Reserva de Expansão	-	-	4.432	-	(4.432)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	920	-	920
Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.000	997	17.304	832	-	169.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

	2ªSemestre 2021	2021	2020
Resultado Líquido do Período	4.666	10.065	5.076
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	920	1.035	(114)
Hedge de fluxo de caixa	920	1.035	(114)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	1.841	2.034	(208)
Efeito fiscal	(921)	(999)	94
Resultado Abrangente	5.586	11.100	4.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

	NOTA	2º Semestre 2021	2021	2020
RESULTADO DO PERÍODO		4.666	10.065	5.076
Ajustes ao Resultado:		(4.813)	(1.062)	2.818
Depreciação de Imobilizado	21c	89	174	176
Depreciação de Arrendamento Financeiro		1.156	4.211	541
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito		445	1.993	3.078
Insuficiência de Depreciação		(4.692)	(4.039)	519
Provisão p/Desvalorização de Ativos não Financeiros				
Mantidos p/Venda		90	90	-
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros				
Mantidos p/Venda		(106)	(68)	273
Resultado na Alienação de Arrendamento Financeiro		-	-	(532)
Resultado na Alienação de Venda de Imobilizado		-	-	(6)
Resultado MTM dos Instru.Finan.Derivativos		(920)	(1.035)	114
Impostos Diferidos		(361)	(1.520)	(1.345)
Recuperação de Créditos		(456)	(810)	-
Recuperação de Ativos não Financeiros				
Mantidos p/Venda		(95)	(95)	-
Perda operacional		37	37	33
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		(147)	9.003	7.894
Variações Patrimoniais				
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		(90.784)	(178.891)	(135.870)
Instrumentos Financeiros Derivativos		(58.298)	(55.754)	(1.232)
Operações de Crédito		(57.730)	(134.052)	(136.745)
Operações de Arrendamento Financeiro		17.801	17.801	8.992
Outros Ativos		7.443	(6.886)	(6.885)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		41.599	119.610	126.372
Depósitos Interfinanceiros		24.033	74.396	42.926
Depósitos a Prazo		(5.498)	(5.448)	108
Instrumentos Financeiros Derivativos		(15.297)	(6.907)	9.183
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses		15.876	35.353	(2.215)
Obrigações p/ Empréstimos no Exterior		16.225	14.616	71.619
Outros Passivos		6.261	6.735	4.213
Resultados de Exercícios Futuros		(1)	865	538
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(49.332)	(50.278)	(1.604)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(6)	(91)	(165)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(6)	(173)	(494)
Baixa de Imobilizado de Uso		-	82	329
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - CAIXA LÍQUIDO GERADO		50.000	50.000	-
Aumento de Capital		50.000	50.000	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		662	(369)	(1.769)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		22.311	23.342	25.078
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		22.973	22.973	23.342
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		662	(369)	(1.736)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu Brasil International Ltda. e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC e Arrendamento Financeiro. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.818/19.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução nº 4.144/12	Estrutura Conceitual p/Elaboração e Divulgação Relat. Contábil- Financeiro	CPC 00
Resolução nº 3.566/08	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
Resolução nº 4.524/16	Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonst. contábeis	CPC 02
Resolução nº 4.720/19	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
Resolução nº 4.534/16	Ativo intangível	CPC 04
Resolução nº 4.636/18	Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
Resolução nº 3.989/11	Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
Resolução nº 4.007/11	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
Resolução nº 3.973/11	Evento Subsequente	CPC 24
Resolução nº 3.823/09	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
Resolução nº 4.535/16	Ativo Imobilizado	CPC 27
Resolução nº 4.424/15	Benefícios a Empregados	CPC 33
Resolução nº 4.748/19	Mensuração do valor justo	CPC 46

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 23/03/2022.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 estabelecendo mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos as principais mudanças:

- **Balanco Patrimonial**

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito de arrendamento financeiro), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais.

- **Demonstração do Resultado**

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha “Resultado de provisão para perdas”;
- Mudança da alocação do “Resultado de provisão para perdas” passando a ser apresentado logo após “Resultado bruto da intermediação financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras receitas” ou “Outras despesas”;
- Benefícios e Empregados, tem como objetivo estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, estabelece que a entidade reconheça, um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro, e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado;
- Obrigações sociais e trabalhistas estabelece reconhecimento mensal das obrigações relativas a férias, décimo terceiro salário, licenças-prêmio e demais encargos conhecidos ou calculáveis, devem ser incluídos os valores decorrentes de aumento salarial futuro previsto em lei, contrato ou convenção coletiva de trabalho e na política interna do Banco.

- **Notas Explicativas**

- Inclusão da nota explicativa 4 “Principais julgamentos e estimativas contábeis”, onde é descrita a aplicação de certas premissas e julgamentos sobre elementos patrimoniais que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre estas Demonstrações Financeiras;
- Determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes;
- Será necessário apresentar nas notas explicativas tanto os ativos quanto passivos fiscais diferidos, a solicitação era apenas para divulgação dos Créditos Tributários;
- Inclusão da nota explicativa 19c “Análise de sensibilidade” que tratam sobre assuntos como incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos saldos contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social. A gestão de capital como dados relevantes sobre os elementos incluídos na gestão de capital, a remuneração do capital declarada ou proposta, e os instrumentos elegíveis a capital;
- Divulgação atualizada em nota explicativa considerando as alterações oriundas da mudança de alíquota do IR e CS.

- **Apresentação dos Saldos Comparativos**

- Para melhor apresentação e comparabilidade nestas demonstrações financeiras, os saldos comparativos de 2020 refletem as mudanças mencionadas acima.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base *pro rata die*.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por Disponibilidades em moeda nacional e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (**Nota 5**).

c. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para *hedge* (proteção) e seguem as orientações da Resolução CMN nº 4.966/21 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção *hedge* e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de Risco de Mercado** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Hedge de Fluxo de Caixa** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do *hedge* registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período (**Nota 6**).

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do *hedge* têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

d. Operações de Crédito – Operações de Crédito, de Arrendamento Financeiro e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento financeiro são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Com o objetivo de atenuar impactos da Covid-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 (**Nota 7**).

e. Outros Ativos – Outros Valores e Bens**Ativos não Financeiros Mantidos para Venda**

Registram-se como Ativos não Financeiros Mantidos para Venda do Banco, os bens adjudicados, recebidos por dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100 - são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco;
- Bens com valor entre R\$ 25.551 e até R\$ 51.099 – são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550 – são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante de crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

O Banco avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Banco estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em “Resultado de Provisão para Perdas associadas ao risco de crédito”.

Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço que ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas (**Nota 9**).

f. Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens (**Nota 10**).

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução CMN nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem no período do tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos (*Impairment*)

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificadas perdas por *Impairment*.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais” e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Com base na Resolução CMN nº 4.842/20, os resultados tributáveis históricos e projeções de prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização desses ativos.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 e voltando a 20% a partir de março de 2020 de acordo com o art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda.

A Medida Provisória nº 1.034/21, alterada pela Lei nº 14.183/21, majorou a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para os Bancos, de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período para o Banco (**Nota 17**).

i. Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

j. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

k. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Em 31 de dezembro de 2021 o Banco não possui Ativos e Passivos Contingentes.

l. Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20. Em consonância com o Regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida no resultado do período.

Os valores referentes a participação nos lucros (PLR) de diretores e empregados são reconhecidos em “Outros Passivos – Provisão para Participação nos Lucros” em contrapartida ao resultado, em “Participação de Empregados e Administradores nos Lucros e Resultado”.

m. Depósitos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de Fluxo de Caixa são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

n. Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

o. Resultado Recorrente / Não Recorrente

As políticas internas do exercício de 2021 consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco do exercício de 2021, no montante de R\$ 10.065, foi obtido com base em resultados recorrentes, a não ser a majoração da Contribuição Social que no segundo semestre passará de 20% para 25% para os Bancos, que voltará para 20% em janeiro de 2022.

	2021	2020
Lucro líquido dos exercícios	10.065	5.076
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL no Corrente e reflexo no Diferido	(503)	-
Lucro líquido recorrente	9.562	1.161

4. Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento financeiro

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução nº 2.682/99.

O Banco constitui provisão adicional para perdas de crédito, mediante ao cenário de crise no mercado de crédito, a qual segue os critérios da política interna de operações de créditos, que cita inclusive, eventos extraordinários que impliquem em maior risco de inadimplência da carteira de crédito. Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na (Nota 7).

b. Créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias do Banco, devidamente aprovada pela diretoria. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as demonstrações financeiras.

O detalhamento para a realização de créditos tributários está apresentado na (Nota 17).

c. Mensuração dos efeitos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações financeiras

Os impactos econômicos no Brasil e no mundo resultantes das medidas tomadas para conter a disseminação da covid-19 são de difícil mensuração. Os efeitos da covid-19, à medida que possam ser mensurados e incorporados nos julgamentos e estimativas contábeis mencionados nesta nota explicativa, poderão produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Os possíveis impactos que poderão ser observados são aumento do risco de crédito de clientes por inadimplência nos pagamentos e consequente aumento de provisões para perdas esperadas em ativos financeiros, volatilidade e redução no valor justo dos títulos e valores mobiliários, variações significativas no valor justo de instrumentos financeiros derivativos.

Com base no descrito acima o Banco realizou uma análise de sua carteira e efetuou uma provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7f).

O Banco vem acompanhando diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto, e estímulo ao uso dos canais digitais.

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez contribuirão para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

d. Mensuração do Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor da liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa do Banco, conforme Resolução nº 4.818/20 do CMN, apresentado no Balanço está constituído por:

a. Disponibilidades

	2021	2020
Disponibilidades	19	17
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (1)	22.954	23.325
TOTAL	22.973	23.342

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2º Semestre 2021	2021	2020
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	940	1.328	890
TOTAL	940	1.328	890

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTO FINANCEIROS DERIVATIVOS**a. Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários**

Ativo	2021		2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Título de Renda Fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	50.625	50.614	-	-

b. Composição da Carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos

2021				
Ativo				
Derivativos	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Marcação a mercado	Custódia
Operações de swap - diferencial a receber	83.885	76.201	7.684	Cetip
Total Contratos a receber			7.684	

2021				
Passivo				
Derivativos	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Pagar	Custódia
Contrato NDF - Non Deliverable Forward (a) - diferencial a pagar	26.117	27.225	(1.108)	Cetip
Operações de swap - diferencial a pagar	25.429	26.597	(1.168)	Cetip
Total Contratos a Pagar			(2.276)	

(a) Os Contratos NDF-Non Deliverable Forward não apresentaram efetividade de acordo com a Resolução nº 3.082, portanto não impactou o Patrimônio Líquido do Banco no período.

2020				
Ativo				
Derivativos	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Marcação a mercado	Custódia
Operações de swap - diferencial a receber	52.000	49.456	2.544	Cetip
Total Contratos a receber			2.544	

2020				
Passivo				
Derivativos	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)	Diferencial a Pagar	Custódia
Contrato NDF - Non Deliverable Forward (a) - diferencial a pagar	26.148	30.860	(4.712)	Cetip
Contrato NDF - Non Deliverable Forward (b) - diferencial a pagar	21.930	26.402	(4.472)	Cetip
Total NDF - Non Deliverable Forward a Pagar			(9.184)	

(a) Refere-se a operações com vencimento dentro de 1 ano.

(b) Refere-se a operações com vencimento acima de 1 ano.

Para as categorias "Títulos para Negociação", "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros apurados com base nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, e destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não apresentava títulos classificados como "Títulos Disponíveis para Venda e Negociação".

c. Hedge de Fluxo de Caixa e Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 4.966/21 do BACEN as operações classificadas como *Hedge* são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como *Hedge* de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como *Hedge* de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como *Hedge* de risco de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo um crédito no montante de R\$ 832 e um débito no montante de (R\$ 203) líquidos dos efeitos tributários em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

O *Hedge* é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de *Hedge* num intervalo entre 80% a 125% de acordo com a Circular nº 4.966/21 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos *Hedges* de risco de fluxo de caixa é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

2021						
Valor Nominal	Objetos de Hedge					
	Valor Contábil		Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
Hedge de Fluxo de Caixa						
Hedge de Captações						
Contratos de Swap	102.275	(109.314)		(109.024)	(109.314)	(290)
Contrato NDF - Non Deliverable Forward	25.004	- (26.117)	-	(25.004)	(25.566)	-
Total	127.279	(135.431)		(134.028)	(134.880)	(290)

2021							
Instrumentos de Hedge							
	Valor Nominal	Valor Contábil		Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
Contratos de Swap	102.275	7.684	(1.168)	7.684	(1.168)	5.400	1.116
Contrato NDF - Non Deliverable Forward	26.442	-	(1.108)	-	(1.108)	(1.082)	(26)
Total	128.717	7.684	(2.276)	7.684	(2.276)	4.318	1.090

2020

		Objetos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor Contábil		Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
Hedge de Fluxo de Caixa							
Hedge de Captações							
Contratos de Swap	49.000	-	(52.000)	-	(51.999)	(52.000)	1
Contrato NDF - Non Deliverable Forward	55.004	-	(48.078)	-	(51.519)	(48.078)	(3.441)
Total	104.004		(100.078)		(103.518)	(100.078)	(3.440)

2020

		Instrumentos de Hedge					
	Valor Nominal	Valor Contábil		Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
Contratos de Swap	49.000	2.544	-	2.544	-	2.912	368
Contrato NDF - Non Deliverable Forward	57.200	-	(9.184)	-	(9.184)	(4.988)	4.196
Total	106.200	2.544	(9.184)	2.544	(9.184)	(2.076)	4.564

d. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos Ajuste ao Patrimônio Líquido

	2021	2020
Saldo anterior	(203)	(89)
Ajuste ao PL MTM - Diferencial Derivativos	5.723	(3.745)
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos no Exterior	(3.689)	3.537
Ajuste ao PL MTM antes dos impostos	2.034	(208)
Impostos IR/CS	(999)	94
Movimento do Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.035	(114)
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	832	(203)

e. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2ªSemestre		
	2021	2021	2020
Rendas com Operações com Derivativos	21.680	33.348	15.046
Despesas com Operações com Derivativos	(2.806)	(27.558)	(10.589)
	18.874	5.790	4.457

7. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC	461.919	96,0	342.500	94,7
Operações Financiamento - FINAME	18.401	3,8	3.769	1,0
Operações de Arrendamento Financeiro (1)	722	0,2	15.477	4,3
TOTAL	481.042	100,0	361.746	100,0

(1) A carteira está representada pelas operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 722 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 15.477 em 31 de dezembro de 2020, conforme abaixo:

	2021	2020
Arrendamento a Receber	117	16.502
(Renda a apropriar de Arrendamento Financeiro)	(117)	(16.502)
Imobil. de Arrend. Líquido de Depreciação	4.742	18.332
Credores por Antecipação de Valor Residual	(4.020)	(2.855)
Valor Presente de Arrendamento Financeiro	722	15.477

b. Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	2º Semestre		
	2021	2021	2020
Operações de Crédito			
Operações Financiamento - CDC	24.878	45.617	31.965
Financiamento - FINAME	328	511	529
Operações de Arrendamento Financeiro	12.797	16.668	11.362
TOTAL	38.003	62.796	43.856

c. Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

Setor Privado	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	37.356	7,8	23.469	6,5
Pessoa Jurídica	443.686	92,2	338.277	93,5
Serviços	157.164	32,7	148.519	41,1
Comércio	235.128	48,9	161.726	44,6
Rural	1.984	0,4	1.267	0,4
Indústria	44.613	9,3	25.145	7,0
Empresariais	4.797	1,0	1.620	0,4
TOTAL	481.042	100,0	361.746	100,0

d. Concentração dos principais devedores

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	22.520	4,7	20.053	5,5
10 Maiores Devedores	80.725	16,8	94.878	26,2
50 Maiores Devedores	132.642	27,6	104.212	28,8
100 Maiores Devedores	94.987	19,7	58.360	16,1
Demais Devedores	150.168	31,2	84.243	23,3
TOTAL	481.042	100,0	361.746	100,0

Os valores apresentados por Maiores Devedores não são cumulativos entre si.

e. Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro por Faixas de Vencimentos

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	457	0,1	290	0,1
A Vencer até 30 Dias	18.813	3,9	13.037	3,6
A Vencer de 31 a 60 Dias	19.555	4,1	13.620	3,8
A Vencer de 61 a 90 Dias	18.568	3,9	13.170	3,6
A Vencer de 91 a 180 Dias	52.841	11,0	37.824	10,5
A Vencer de 181 a 360 Dias	91.686	19,1	68.269	18,9
A Vencer acima de 361 Dias	279.122	58,0	215.536	59,6
TOTAL	481.042	100,0	361.746	100,0

(1) O Banco possui operações de crédito vencidas há mais que 90 dias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

f. Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Níveis de Risco	% Provisão Mínima Exigida	% Provisão Adicional	2021		2020	
			Valor Operações de Crédito	Provisão	Valor Operações de Crédito	Provisão
AA	0,00	0,00	-	-	-	-
A	0,50	0,13	137.427	866	115.846	579
B	1,00	0,50	341.993	5.130	237.149	2.372
C	3,00	1,75	1.472	70	7.902	237
D	10,00	5,00	9	1	-	-
E	30,00	5,00	-	-	-	-
F	50,00	5,00	-	-	-	-
G	70,00	7,50	-	-	459	321
H	100,00		141	141	390	390
Adicional (1)					-	1.165
TOTAL			481.042	6.208	361.746	5.064

- (1) Provisão adicional constituída de acordo com a metodologia que englobou toda a carteira de crédito de 31/12/2020. Excepcionalmente, o Banco constituiu uma provisão adicional para perdas de crédito em 2020 no valor de R\$ 1.165, foram levados em consideração para esta provisão adicional a possível inadimplência dos nossos cliente diante do momento da economia: crise sistêmica no mercado de crédito, eventos extraordinários que impliquem em maior risco de inadimplência no mercado ou tendência de aumento da inadimplência da carteira do Banco, a ser observada por 6 meses consecutivos de aumento da inadimplência (clientes com atrasos superiores a 30 dias). Em 2021, passamos a considerar um percentual maior para cada faixa de atraso, caracterizando provisão adicional em relação ao mínimo.

g. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	2021	2020
Saldo Inicial	5.064	2.172
Constituição de Provisão	2.736	4.824
Reversão de Provisão	(743)	(1.746)
Baixa para prejuízo	(849)	(186)
Saldo Final	6.208	5.064

Em 31 de dezembro de 2021 existiam operações recuperadas no montante de R\$ 745 (2020 R\$0), baixadas para prejuízo R\$ 849, (2020 de R\$186) e contratos renegociados no montante de R\$ 5.304, (2020 de R\$ 13.616).

8. Outros Ativos Financeiros

	2021	2020
Rendas a Receber(1)	374	551
TOTAL	374	551

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio da Controladora KBI.

9. Outros Ativos

Outros Ativos

	2021	2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	1.244	776
Máquinas e Equipamentos	1.244	776
Despesas Antecipadas	44	23
Despesas Antecipadas (1)	44	23
Adiantamentos Diversos (2)	1.360	1.939
TOTAL	2.648	2.738

1. Refere-se a Despesas antecipadas de serviços prestados de terceiros.
2. Refere-se basicamente a Liquidações de operações de crédito a receber em D+1.

10. Imobilizado de Uso

Itens imobilizado de Uso	2021			2020		
	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Mobiliários Moveis e Equipamentos	442	(255)	187	413	(201)	212
Veículos	725	(349)	376	687	(261)	426
TOTAL	1.167	(604)	563	1.100	(462)	638

11. Depósitos

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada em DI, e os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) estão classificados de acordo com seus vencimentos com taxa pré-fixada em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

a) Depósitos - por Prazo de Exigibilidade

	2021			2020		
	até 360 dias	Acima de 360	Total	até 360 dias	Acima de 360	Total
Depósitos Interfinanceiros						
CDI -Pré não Ligada (1)	183.889	17.157	201.046	126.998	25.391	152.389
CDI -Pós não Ligada (1)	-	25.740	25.740	-	-	-
Depósitos a Prazo						
CDB -Pós Ligada (1)	211	-	211	-	5.659	5.659
Total	184.100	42.897	226.997	126.998	31.050	158.048

(1) Os Depósitos a Prazo e Interfinanceiros tem liquidez diária e podem ser resgatados a qualquer momento sem ônus ao Banco.

12. Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros acrescidos de juros no montante de R\$ 135.431 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 100.078 em 31 de dezembro de 2020.

	2021			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	127.279	134.578	135.431	290
Valor Total	127.279	134.578	135.431	290
	2020			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	104.004	103.518	100.078	(1)
Valor Total	104.004	103.518	100.078	(1)

13. Obrigações por Repasses no País

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Taxa Selic, acrescido de juros conforme as políticas operacionais do BNDES com vencimento até dezembro de 2026.

a. Obrigações por Repasses

No país - Instituições Oficiais

2021						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	5.144	5.383	2.910	2.950	1.927	18.314

2020						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	2.222	1.234	196	46	-	3.698

14. Outros Passivos

	2021	2020
Pagamento de Pessoal (1)	2.397	2.261
Provisão Despesas Administrativas	139	63
Fornecedores	348	296
Diversos (2)	206	-
TOTAL	3.090	2.620

(1) Conforme Resolução CMN nº 4.877/20 estão reconhecidos os aumentos referentes aos salários futuros, férias e décimo terceiro.

(2) IOF sobre Operações de Crédito.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 10 de novembro de 2021, o Banco aumentou seu capital em R\$ 50.000.000 (Cinquenta milhões de Reais), passando para um total de seu Capital Social para R\$ 150.000.000 (Cento e cinquenta milhões de Reais), divididos em 150.000.000 (Cento e cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esteja alcançado o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei.

c. Reserva para Expansão

A Reserva para Expansão foi criada para registro dos resultados dos exercícios, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco.

d. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os Juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Em 31 de dezembro de 2021, a administração decidiu não deliberar dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme estatuto social do Banco.

16. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.818/20 do CMN, como segue:

Coligadas do Grupo Controlador	2021	2020
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	441	751
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	374	551
Komatsu Mexico Ltda. - Coligada	67	200
TOTAL	441	751
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	40	40
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	40	40
Depósito a Prazo - CDB	211	5.659
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda. - Controladora	211	5.659
TOTAL	251	5.699
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	4.721	4.646
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	4.721	4.646
Outras Despesas Administrativas (3)	(559)	(484)
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	(559)	(484)
Despesa de Depósito a Prazo	(177)	(146)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda. - Controladora	(177)	(146)
TOTAL	3.985	4.016

1. Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

2. Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

3. Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Remuneração dos administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores do Banco, foram definidos o limite máximo de até R\$ 4.400 em 2021 e 2020.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes da Tributação	18.685	18.685	9.184	9.184
(+) Adições Permanentes	530	26	629	21
(+) Adições Temporárias	1.723	1.723	2.932	2.932
(-) Exclusões Temporárias	4.039	-	519	-
Resultado Antes da Compensação	24.976	20.434	13.264	12.136
Realização/Constituição Crédito Tributário	-	-	-	-
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	24.976	20.434	13.264	12.136
Alíquota Nominal (15% IRPJ)	3.746	-	1.990	-
Alíquota Nominal (10% adicional - IRPJ)	2.474	-	1.302	-
Total Imposto de Renda (antes incentivos)	6.220	-	3.292	-
(-) Incentivo Fiscal - PAT	-	-	(50)	-
Despesa Imposto de Renda Corrente	6.220	-	3.242	-
Alíquota Nominal (20% CSLL)	-	2.068	-	2.340
Alíquota Nominal (25% CSLL)	-	2.527	-	-
Total Imposto de Contribuição Social	-	4.595	-	2.340

b. Origem dos Créditos Tributários e das Obrigações Fiscais Diferidas

Créditos Tributários

	2020	Constituição	Realização	2021
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2.235	869	-	3.104
Outras adições Temporárias	459	485	-	944
Total de Créditos Tributários s/diferenças temporárias	2.694	1.354	-	4.048

Obrigações Fiscais Diferidas

	2020	Constituição	Realização	2021
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão de Superv. depreciação operações de arrend.mercantil	1.677	-	(1.009)	668
Provisão de Derivativos de Hedge de Fluxo de Caixa	-	832	-	832
Total de Obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	1.677	832	(1.009)	1.500

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Ativos Fiscais e Passivos Fiscais", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura deste estudo são:

- Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento da carteira de crédito e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais do Banco.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c. Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 5 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de Realização
2022	1.757	1.572	43%
2023	956	886	24%
2024	628	587	16%
2025	358	335	9%
2026	206	192	5%
2027	143	133	4%
TOTAL	4.048	3.705	100%

18. Valor Justo dos Ativos e Passivos Financeiros

a. Determinação e Hierarquia do Valor Justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	2021	2020
Classificação contábil	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.684	2.544
Passivos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.276	-
Obrigações p/Empréstimos no Exterior	135.431	100.078

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não possuía nenhum Ativo e Passivo Financeiros classificados nas categorias Nível 1 e Nível 3.

b. Método de Apuração do valor Justo

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de Ativo ou Passivo financeiros forem adotadas pelo mercado, estes são incluídos no nível 2.

19. Estrutura de Gerenciamento de Risco

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração do Banco considera a gestão de riscos e *compliance* essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e *compliance* do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e *compliance* conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e *Compliance* que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos do Banco, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página do Banco na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br. (não auditado).

a. Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b. Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado do Banco é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

O Banco utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN-IRRBB) é calculado mensalmente através da metodologia EVE (*Economic Value Equity*) de acordo com preceitos a Circular nº. 3.365/07 do BACEN.

c. Análise de Sensibilidade para Risco de Mercado

O objetivo da análise de sensibilidade é apoiar a alta administração do Banco, no que diz respeito ao entendimento sobre o potencial de impacto que certas situações, adversas ou não, provocariam no capital do Banco.

Para realização da análise de sensibilidade é utilizada ferramenta sistêmica de análise de risco, onde se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco do Banco.

Por se tratar de um Banco que não possui apetite de risco para posições especulativas ou que sejam vinculadas a variação de moedas e preços de mercado, e que opera basicamente com posições ativas e passivas mantidas até o vencimento e classificados na carteira de não-negociação (*Banking*), a análise baseia-se em valorização ou desvalorização do capital do Banco, em decorrência de mudanças nas taxas de juros estruturais praticadas no mercado.

Tal análise se mostra eficaz, na medida em que as posições são majoritariamente compostas de operações de crédito, captações e investimento do excedente de caixa, cujo registro contábil é realizado pelas taxas pactuadas nas operações, ou seja, pelo valor justo. Diante desta característica, conclui-se que os efeitos das oscilações de taxa de juros são refletidos no patrimônio líquido do Banco e não no resultado. Existem também operações atreladas a instrumentos de *hedge*, que visam eliminar completamente os efeitos de oscilações de moeda estrangeira sobre o patrimônio do Banco.

Nos cenários analisados, os fluxos de caixa futuro das posições ativas e passivas são marcados a mercado nas respectivas datas-bases, de acordo com a curva de juros para cada fator de risco, informado pela B3 (ETTJ – Estrutura a Termos de Taxa de Juros).

Por fim, as exposições são calculadas pela diferença entre as posições ativas e passivas, cujos valores positivos representam exposições compradas e os valores negativos representam exposições vendidas.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Carteira Banking para as data-base de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

		2021			2020			
		Impactos no Capital			Impactos no Capital			
Fatores de risco	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Pré-fixado	189.157	4.084	(7.766)	(18.519)	130.256	4.010	(7.601)	(18.027)
SELIC	1.181	15	(29)	(69)	(105)	(1)	-	4
TJLP	11	-	-	-	(600)	(5)	9	23
CDI	547	(264)	512	1.232	17.812	(18)	-	75
Total	190.896	3.835	(7.283)	(17.356)	147.363	3.986	(7.592)	(17.925)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário realista com viés positivo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma redução de um ponto percentual (100 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 2: refere-se ao cenário realista com viés negativo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de dois pontos percentuais (200 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 3: refere-se ao cenário de estresse, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de cinco pontos percentuais (500 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento.

d. Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir:

- Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
- Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico do Banco;
- Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos do Banco.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez do Banco e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

e. Risco Operacional

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e Comitê de Riscos e *compliance* que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e *compliance* às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e *compliance*.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

f. Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com o Banco.

20. Gerenciamento do Capital

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

a. Planejamento de Capital

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, anualmente o Banco elabora plano de capital com o objetivo de estimar o enquadramento dos limites regulatórios e de apetite de risco do Banco, de acordo com o planejamento estratégico do Banco para um horizonte de três anos.

O plano de capital é aprovado pelo Comitê de Risco e *Compliance*, que também é responsável pelo acompanhamento trimestral dos limites planejados em relação os valores realizados, assim como, pelo acionamento do plano de contingência de capital em caso de necessidade específica.

b. Teste de Estresse

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN e de acordo com a complexidade de suas operações, produtos e mercado de atuação, o Banco estabelece um estudo periódico para avaliar de maneira prospectiva o impacto no capital do Banco diante de situações adversas de mercado, ou que tenham potencial de quebra de premissas de resultados consideradas no seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados no programa de teste de estresse são um conjunto de premissas previamente definidas, que abrangem os fatores de risco relevantes e concentrações significativas, que visam estabelecer níveis severos de quebra da normalidade dos indicadores de risco. Os cenários também são elaborados de maneira a considerar os efeitos decorrentes da interação entre os diversos fatores de riscos existentes.

O Comitê de Riscos e *Compliance* é o órgão interno responsável pela aprovação do teste de estresse e deliberação sobre a necessidade de realização de testes de estresse específicos, oriundos de situações adversas identificadas nas rotinas de gerenciamento de riscos.

c. Índice de Capital

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio.

O Índice de Capital é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 do CMN e nº 4.193/13 do CMN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	2021	2020
Patrimônio de Referência	169.134	108.033
PR - Nível I	169.134	108.033
Capital Principal (CP)	169.134	108.033
Capital Social	150.000	100.000
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	18.301	8.236
Ajuste ao Valor de Mercado	832	(203)
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	513.120	393.165
Risco de Crédito	482.365	363.028
Risco Operacional	30.756	30.137
Nível I	169.134	108.033
Capital Principal (CP)	169.134	108.033
Patrimônio de Referência	169.134	108.033
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	41.050	31.453
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	128.084	76.580

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8,0% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2021 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 32,96% (27,48% em 31 de dezembro de 2020).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco é de 28,55% em 31 de dezembro de 2021 (26,35% em 31 de dezembro de 2020).

21. Outras Receitas/(Despesas) operacionais

a. Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	2ªSemestre 2021	2021	2020
Receita de Prestação de Serviços	175	434	357
Outras Receitas Operacionais (1)	1.646	27.923	4.654
Despesas Tributárias	(1.081)	(2.127)	(72)
TOTAL	740	26.230	4.939

(1) Refere-se basicamente a Variação Cambial em 2021 e 2020.

b. Outras Receitas e Despesas

	2ªSemestre 2021	2021	2020
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos p/venda	105	40	(273)
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda	(90)	(90)	-
Recuperação de Despesa de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda (1)	95	95	380
Resultado na Alienação de Ativo Imobilizado de Uso	-	28	61
TOTAL	110	73	168

(1) Refere-se recuperação das despesas pagas no semestre anterior, onde foi reconhecido no resultado apurado, e recebemos pelo acordo com o cliente.

c. Outras Despesas Administrativas

	2ªSemestre 2021	2021	2020
Despesas de Processamento de Dados	(644)	(1.165)	(1.129)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(428)	(916)	(1.091)
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	(105)	(201)	(184)
Outras Despesas Administrativas	(137)	(256)	(252)
Despesas com Aluguéis	(169)	(337)	(263)
Despesas com Transportes	(13)	(19)	(14)
Despesas de Comunicação	(37)	(73)	(68)
Despesas de Viagens	(5)	(76)	(118)
Despesas de Publicações	(36)	(144)	(26)
Despesas de Depreciação	(89)	(174)	(176)
Despesas c/ Seguros	(62)	(122)	(125)
Despesas c/Emol.Judiciais e Cartorários	(1)	(44)	(169)
Despesas c/Promoções e Relações Públicas	(7)	(18)	-
TOTAL	(1.733)	(3.545)	(3.615)

d. Despesas de Pessoal e Honorários da Diretoria

	2º Semestre		
	2021	2021	2020
Proventos e Ordenados (1)	(2.461)	(4.715)	(4.666)
Encargos Sociais (2)	(797)	(1.689)	(1.879)
Benefícios (3)	(436)	(853)	(914)
Treinamento	(9)	(9)	(7)
TOTAL	(3.703)	(7.266)	(7.466)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 a composição da abertura de Proventos e Ordenados para Diretores R\$ 2.648, e para Funcionários R\$ 2.067.

(2) Em 31 de dezembro de 2021 a composição da abertura dos Encargos Sociais para Diretores R\$ 905, e para Funcionários R\$ 784.

(3) Em 31 de dezembro de 2021 a composição da abertura dos Benefícios para Diretores R\$ 151, e para Funcionários R\$ 702.

22. Outras Informações**a. Remuneração de Pessoal Chave da Administração**

A Resolução do CMN nº 3.921/10 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. O Banco trabalha no momento com remuneração variável.

b. Ativos e Passivos Contingentes

O Banco possui contingência passiva classificada com risco de perda possível.

c. Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda., no montante de R\$ 6.009 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 5.144 em 31 de dezembro de 2020.

Paulo Alves
Diretor Gerente

Luciana Moreno
Contadora
CRC 1SP222274/O-0